



PREFEITURA DE

**São Lourenço da Mata**

*Um novo tempo para nossa cidade*

**APROVADO**  
**Unanimidade**

EM 17/03/2020

Presidente

**MENSAGEM Nº 001/2020, de 10 de Fevereiro de 2020.**

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,**

Cumpre-nos através do presente encaminhar a esta Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei Complementar Municipal nº xxxxxx/2020, que **dispõe sobre a majoração das alíquotas previdenciárias do SÃO LOURENÇO DA MATA PREV e estabelecendo novas providências decorrentes da obrigatoriedade de normas oriundas da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019** para a devida apreciação e deliberação pelo soberano plenário deste parlamento.

Este projeto de Lei tem o escopo de promover a alteração na legislação municipal que trata do órgão gestor único do RPPS no âmbito deste município, visando minimizar os efeitos decorrentes do déficit previdenciário municipal, cumprindo a regra inserta no art. 40 da Constituição Federal, fato este que trará mais segurança e tranquilidade aos atuais aposentados/pensionistas, bem como aos servidores titulares de cargos efetivos vinculados ao sistema previdenciário municipal que após darem sua significativa parcela de contribuição a este Município se aposentarão com a certeza da manutenção do seu benefício previdenciário.

Por outro lado, é inconteste que o SÃO LOURENÇO DA MATA PREV apresenta desequilíbrio financeiro e atuarial de que trata o art. 40 da Constituição Federal, ao passo em que salientamos que as alíquotas mencionadas neste projeto de lei foram estipuladas para os servidores civis da União Federal, por força da ECF nº 103/2019, razão pela qual o município tem que adotar a alíquota mínima decorrente da ECF nº 103/2019.

Ressalte-se que este Projeto de Lei se encontra em absoluta consonância com a ECF nº 103/2019 que deu novos rumos previdência social brasileira, cuja implementação depende de lei complementar municipal para ter eficácia, sendo certo que sua não aprovação acarretará vários prejuízos ao município, a despeito de sua inclusão no sistema SIAFI/CAUC.

Dessa forma, o executivo municipal vem submeter a essa Egrégia Casa Legislativa a análise e aprovação do Projeto de Lei para o fim de garantir a solvabilidade do sistema. Devido à importância denotada por esta matéria, requeiro nos termos do Regimento Interno desta Casa que a sua tramitação se dê em **REGIME DE URGÊNCIA**, e desde já contamos com o apoio dos Nobres Edis na aprovação desta minuta.

  
**Bruno Gomes de Oliveira**  
**Prefeito Municipal**

  
**Glória Rejane de Moura**  
**Secretária Legislativa**  
**Câmara Mun. de S. Lourenço da Mata / PE**



## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2020

Estabelece novas alíquotas das contribuições sociais dos segurados ativos, inativos e dos órgãos e entidades do município de São Lourenço da Mata e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, e pela Lei Orgânica do Município, submete à apreciação desta Colenda Câmara de Vereadores, **em regime de urgência**, este Projeto de Lei.

**Art. 1º** A alíquota de contribuição de todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de São Lourenço da Mata fica majorada para 14% (quatorze por cento), tanto para a massa integrante do plano financeiro como também para aquela inserida no plano previdenciário.

§ 1º Os aposentados e os pensionistas do Município, do Poder Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas, contribuirão com 14% (quatorze por cento), incidente sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º Na hipótese de insuficiência financeira do plano financeiro, o município de São Lourenço da Mata se obriga a realizar os aportes necessários para o pagamento total da folha dos aposentados e pensionistas do RPPS Municipal, bem como de suas despesas administrativas, a teor da regra inserta no art. 2º, § 1º da Lei Federal nº 9.717/1998.

**Art. 2º** As alíquotas de contribuição ordinária dos órgãos e entidades do Município ao RPPS ficam majoradas para 28% (vinte e oito por cento) no plano financeiro.

**Art. 3º** As alíquotas de contribuição ordinária dos órgãos e entidades do município ao RPPS ficam majoradas para 14% (quatorze por cento) no plano previdenciário.

**Parágrafo Único** Além da alíquota ordinária de que trata o caput, o município de São Lourenço da Mata se obriga a recolher alíquota suplementar para o plano previdenciário decorrente do plano de equacionamento do passivo atuarial, no percentual de 8,01% (oito inteiros e um décimo por cento), conforme já estabelecido pela Lei Municipal nº 2.444/2014.

**Art. 4º.** O Regime Próprio de Previdência Social somente poderá arcar com o pagamento dos benefícios de aposentadoria e/ou pensão por morte, cabendo aos órgãos e entidades municipais pagar diretamente aos seus servidores os demais benefícios previdenciários, a teor do art. 9º, § 2º da ECF nº 103/2019.



PREFEITURA DE  
**São Lourenço  
da Mata**  
*Um novo tempo para nossa cidade*

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo que os efeitos financeiros decorrentes da majoração das contribuições descontadas dos servidores se dará a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da data de publicação desta lei, em face do princípio da anterioridade nonagesimal de que trata o art. 195, § 6º da Constituição Federal.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial as previstas na Lei Municipal nº 2.162/2006 que reestruturou o RPPS municipal.

Gabinete do Prefeito, São Lourenço da Mata, 10 de fevereiro de 2020.



**BRUNO GOMES DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**